

## **A PERDA DE AUTONOMIA DOS PROFESSORES NO PRÓPRIO AMBIENTE DE TRABALHO**

**Nathan Rodrigues Alves Bonfim; Núbia Cristina dos Santos Lemes**

Universidade Estadual de Goiás -Unidade Universitária de Iporá  
nathanrodrigues13113@gmail.com, nubia.lemes@ueg.br

O objetivo deste trabalho é discutir como a perda da autonomia dos professores em sala de aula impacta em várias áreas, não somente no processo de ensino-aprendizagem, mas em todos os campos do universo docente. A partir de observações durante a realização do Estágio Supervisionado notei que os professores vem sendo cada vez mais vistos como máquinas onde o governo vem tirando a sua autonomia. Os sistemas de gerenciamento da Educação ofertam metodologias, componentes curriculares cujo fim específico são o preparo dos alunos para as avaliações externas. O texto discorre sobre as problemáticas que afetam o trabalho do professor. Tem como referencial teórico Vygotsky (2007), Pimenta e Lima (2021) e Tardif e Lessard (2005). A metodologia da pesquisa se deu por meio da observação durante o período de Estágio Supervisionado, com coleta de dados a partir de experiências vividas em sala de aula e relatos dos professores regentes, tanto efetivos quanto de professores com contratos temporários. A partir da observação direta na escola campo de Estágio, correlacionei essas as vivências com textos lidos para a pesquisa e conclui que é urgente restituir o poder de agir aos docentes para que planejem suas aulas e desenvolvam metodologias que se voltem à realidade das necessidades de seus alunos.

Palavras-chave: Autonomia; Trabalho Docente; Ensino-aprendizagem; Estágio.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho surgiu a partir das experiências vividas durante o período de Estágio Supervisionado, um momento essencial na formação de professores, que permite observar de forma prática e crítica o funcionamento do ambiente escolar. Foi nesse contexto que percebi o quanto o professor precisa constantemente flexibilizar suas metodologias de ensino para se adequar às exigências externas impostas pelo sistema educacional. Essa necessidade de adaptação se deve, principalmente, às pressões e cobranças do governo sobre a profissão docente, especialmente no estado de Goiás, o que muitas vezes obriga o professor a seguir metodologias que nem sempre correspondem às necessidades reais de seus alunos, mas que são utilizadas com o intuito de alcançar metas e resultados estatísticos.

Goiás é frequentemente citado como referência nacional quando o assunto é educação, alcançando uma das maiores notas no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). De acordo com o portal G1 (2024), o estado obteve nota 4,8 em uma escala de 0 a 10. Embora o número possa parecer baixo, ele é considerado elevado quando

comparado a outros Estados com desempenho inferior. No entanto, esse resultado não reflete necessariamente a qualidade da educação goiana. Por trás dos números, existem diversos fatores que precisam ser analisados com atenção, entre eles, o controle sobre o trabalho docente e a limitação da autonomia pedagógica dos professores.

É justamente nesse ponto que percebemos o problema da perda da autonomia docente, já que para atingir boas pontuações em avaliações externas, o Estado utiliza métodos e estratégias que se distanciam dos princípios pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Vygotsky (2007, p. 98), “o bom aprendizado é aquele que se adianta ao desenvolvimento”, o que significa que a educação deve ser voltada para o crescimento integral do ser humano.

Entretanto, o que se vê nas escolas é um modelo de ensino fixo e sem flexibilidade, controlado por regras e materiais iguais para todas as escolas que, em muitos casos, não leva em consideração as diferenças de culturas que variam de cada região nem as diferenças entre as turmas em se.

Esses são fatos muito impactantes e forte para diferenciam as turmas, é impressionante a diferença, por exemplo, entre as turmas matutinas e vespertinas, ao menos na escola onde fui estagiário. As turmas na parte da manhã são bem mais comportadas, quietas e respeitosos, as notas são consideravelmente melhores, mas também são bem menos participativas durante as aulas e outras atividades dinâmicas. Já quando falamos das turmas na parte da tarde, ela tem um comportamento muito pior, onde muitos alunos dormem muito em sala devido ao fato de trabalharem durante a manhã, e infelizmente mas fracos nas notas, porém bem mais participativos nas atividades propostas.

Então quando colocamos essas turmas em projetos que trata todas como similares e algumas vezes iguais, a figura do professor, que deveria ser o mediador do conhecimento, passa a ser tratada como um simples executor de ordens vindas de cima, tirando o poder do professor compreender essas diferenças e modular o ensino para tentar atender essas diferenças. E se até mesmo os professores têm dificuldades para atingir esse objetivo, quem dirá se tirar esse poder deles, para padronizar o ensino com a narrativa de atingir uma melhor educação.

Essa situação transforma a escola em um espaço voltado para obter resultados quantitativos, e não de formação humana e crítica das pessoas. O foco deixa de ser o aprendizado significativo e passa a ser o treinamento dos alunos para provas externas,

como se a função da educação fosse apenas treinar para exames. Esse modelo muito engessado para a padronização das unidades de ensino tira o verdadeiro papel da escola e desvaloriza o professor como profissional que pensa com ideias diferentes, que geram métodos de ensinar diferentes.

A educação e todos os métodos e metodologias de ensino que temos hoje em dia foram criados por professores que foram se aperfeiçoando e criando novas formas e modelos de educar, pessoas que pesquisaram a educação e pessoas que eram professores e desenvolveram metodologias para suprir dificuldades. Por isso é quase difícil de acreditar, quando vemos que quem gere a educação no Brasil e em Goiás são pessoas que não são educadores ou nem mesmo são formados na área da educação, e sim em áreas financeiras e políticas.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa desenvolvida neste trabalho e resultado das observações realizadas durante o Estágio Supervisionado. As experiências vivenciadas nas escolas permitiram refletir sobre a prática docente e compreender de forma crítica os desafios enfrentados pelos professores na atual estrutura da educação. Foram observados tanto o trabalho dos professores regentes quanto o papel desempenhado pelos estagiários, que vão às escolas para aprender a ser profissionais competentes com a educação dos estudantes e com o desenvolvimento social.

O estágio é uma fase fundamental da formação inicial docente, pois representa o elo entre a teoria aprendida na universidade e a prática cotidiana da sala de aula. Conforme afirmam Pimenta e Lima (2021), o estágio supervisionado é um espaço de reflexão e construção da identidade profissional do futuro professor. Entretanto, essa experiência tem sido afetada pela perda da autonomia docente, uma vez que os estagiários também ficam limitados para pensar em novas metodologias e práticas pedagógicas. A pressão do Estado e o excesso de materiais já prontos impedem que o professor, e, conseqüentemente o estagiário, explore diferentes formas de ensinar, tentando se adaptar às necessidades reais dos alunos.

A Secretaria da Educação, em parceria com o governo federal, determina como o ensino deve ser conduzido, desde os conteúdos curriculares até as metodologias aplicadas em sala de aula. O problema é que essas decisões raramente envolvem professores com experiência prática na educação básica. Dessa forma, o regimento das

unidades fica distantes da realidade cotidiana da escola, o que gera uma diferença entre o que se planeja nas secretarias e o que de fato acontece na sala de aula.

Outro prolema é que quem gere a educação brasileira não possuem formação na área. Um exemplo é o próprio ministro da Educação, Camilo Santana, engenheiro agrônomo e político. Essa característica evidencia o quanto a educação é tratada como um campo político e administrativo, e não como uma área de conhecimento e prática pedagógica especializada. O resultado é um sistema educacional cada vez mais centralizado e voltado para atingir metas para serem usadas como portfólio do governo, e infelizmente, priorizando o capitalismo no ensino.

O controle do Estado sobre o trabalho dos profissionais da área da educação se dá por diversos pontos. O governo estabelece quais componentes curriculares devem ser trabalhados, define metas de desempenho e fornece materiais didáticos padronizados, como sequências didáticas prontas e atividades fixas, no sentido meio que implícito que é obrigatório a utilização desse material, afinal ele é basicamente um treinamento para os estudantes e não ensino.

Um exemplo é o Caderno Revisa, material elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc-GO), que tem como objetivo sistematizar a aprendizagens e promover o avanço do desenvolvimento dos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, dividido em versões diferentes para cada turma e em quatro edições por turma.

Apesar de sua proposta inicial positiva, na prática não é bem assim, o material tem gerado sobrecarga e pressão nos professores, que precisam cumprir prazos para a entrega desses cadernos completamente resolvidos pelos alunos, sendo que é um caderno diferente para cada bimestre e seguir instruções, muitas vezes nem se preocupando com o que cada turma realmente precisa, e quais são seus pontos fracos, não parece tao preocupante, muito diriam que é só resolver rápido e voltar para as aulas, porém esse caderno é muito extensos, praticamente não sobrando tempo para que os professores regentes façam seu trabalho

Essas imposições acabam transformando o professor em um executor de tarefas, e não uma pessoa que deveria mediar o conteúdo, e saber como fazer isso em diferentes situações. Como consequência, o ensino se torna fixo, funcionando realmente em raras ocasiões, já que nem todas as pessoas aprendem da mesma forma, ou seja, o professor não realiza sua real função, e essa situação ainda piora quando pensamos que isso tudo é

em prol de avaliações externas, que pesa ainda mais nas costas dos professores.

As avaliações externas são aplicadas em três etapas:

1. A primeira, no início do ano, com caráter diagnóstico, para ver como está o nível atual dos alunos;
2. A segunda, no meio do ano, para verificar o progresso dos alunos e o desempenho dos professores, sendo esta a responsável por uma grande parte do problema dos professores, afinal a partir dela o governo começa a exigir resultados;
3. E por fim, a terceira, no fim do ano, que pontua as escolas e determina bonificações e prêmios. Essa lógica gera uma cultura de competição e controle, em que a preocupação principal deixa de ser o aprendizado e passa a ser a obtenção de bons números para fins institucionais e políticos.

A intensificação do trabalho do professor é outra consequência dessa realidade. Os professores são cobrados por resultados, quase que obrigados a cargas horárias muito grande, como relatórios, correções e reuniões, e isso tudo sem aumento nos salários e também sem o reconhecimento que merecem. Conforme Esteve (1999), a ampliação das responsabilidades sem compensá-lo de forma alguma, vem provocando uma desvalorização da profissão, resultando em estresse excessivo, adoecimento tanto físico quanto mental, e muitos professores por conta desses fatos desistem da carreira docente.

Os professores que passam algum tempo nesse sistema tem infelizmente comentários que não ajudam novos e futuros docentes, como nos estagiários. Em algumas conversas durante o período do Estágio Supervisionado, ouvi muitos falarem que professor não era uma profissão que valia o esforço, ou que era muito punitiva, que não compensava ser professor e ainda escutei, o que pra mim foi a pior frase, que ainda havia tempo para desistir. Continuando com esses dialogos, muitos professores também confirmaram essa citação acima sobre a desvalorização da profissão docente tendo como argumentação os salários que recebiam.

Além disso, boa parte do salário dos professores é na verdade, bonificações que muitas vezes vem como o desempenho das escolas, que gera uma forma de controle dos professores pelo Estado. Essas gratificações, que podem ser retiradas a qualquer momento, causando insegurança e um medo da parte dos professores. Dessa forma, o sistema educacional acaba utilizando formas de controle político e econômico fazem com que os professores fiquem presos a esse sistema, limitando sua autonomia e poder de decisão.

Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento do pensamento crítico, que é um dos principais objetivos da educação, não é alcançado por conta dessas formas de impedimento imposta aos docentes. Segundo Freire (1987), educar é um ato de libertação, e o pensamento crítico se constrói a partir da reflexão e da ação. Quando o professor perde sua liberdade de ensinar, os alunos também perdem a oportunidade de aprender de forma autônoma e significativa. O ensino se reduz à memorização e à repetição de conteúdos, formando estudantes que sabem responder a provas, mas não sabem questionar a realidade.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante desses fatores, fica evidente que a perda da autonomia docente traz consequências profundas para a educação. Retirar do professor o poder de decisão sobre sua prática é comprometer o próprio processo de aprendizagem. Cada aluno possui um modo particular de aprender, e é papel do professor adaptar suas estratégias para alcançar todos os estudantes. Quando o Estado impõe metodologias únicas e padronizadas, ignora-se a diversidade presente nas salas de aula e impede-se o desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos.

A falta de autonomia também afeta o prestígio e o respeito do professor, pois o reduz ele a alguém que só repassa uma tarefa e não media o conteúdo e o desenvolvimento. Essa situação degrada o pensamento sobre a profissão docente, e o pior, faz com que os próprios professores, devido aos desgastes mentais, rebaixem a própria profissão, além de impactar a formação dos estudantes, com esses fatos servindo como desencorajador para os estudantes de licenciatura.

Sem espaço para reflexão e criação, o professor perde sua identidade profissional e sua capacidade de transformar realidades, visto que cada professor tem um grande impacto na capacidade e na personalidade dos estudantes, vejo que isso meio que tira a relação humana dessa equação, e nesse ponto voltamos aquela questão que dá a entender que todo esse sistema vê a educação como um sistema, uma máquina melhor dizendo, e não vendo pessoas em formação, e como dito anteriormente, impossibilita o professor de criar pessoas com pensamento crítico e com a capacidade de saber que pode se desenvolver cada vez mais. Como Tardif (2005) diz que o professor também é um mecanismo importante de interações humanas, isto ensina como bônus, os estudantes por exemplo a viverem melhor em sociedade a saber como ter interações sociais.

Em longo prazo, as consequências desse processo são ainda mais preocupantes. Forma-se uma geração de alunos acostumados a seguir instruções, sem senso crítico, sem autonomia e sem capacidade de questionamento. Como aponta Freire (1987), a educação deve promover a emancipação humana, e não o adestramento. Quando os professores são impedidos de exercer sua função plena, a sociedade também perde, pois deixa de formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de atuar de forma participativa e transformadora.

Podemos fazer ainda outra citação só que agora Freire (2021) que destaca a importância da autonomia, tanto do professor quanto do aluno, e afirma que a educação deve estar baseada no diálogo, no respeito ao saber do educando e na valorização da experiência de cada um. O educador deve ser um mediador comprometido com a transformação social, agindo com ética, amorosidade e responsabilidade, já que o professor não serve apenas para ensinar as pessoas os conteúdos propostos, mas para formar pessoas para o convívio em sociedade.

Em conversas com professores durante o Estágio Supervisionado em conversas com outros professores e durante uma reunião que participei, é fácil perceber que muitos professores se sentem incapazes de educar e fazer o que estudam para fazer, vi aquele sentimento de frustração, ou seja, nas experiências que eu tive, os professores realmente querem educar e formar pessoas e são impedidos pelo próprio sistema educacional.

Diante desse cenário, é fundamental pensar novamente nas políticas educacionais e valorizar o papel do professor como a parte mais importante no processo da educação. Algumas medidas podem contribuir para reverter esse quadro:

1. Garantir melhores condições de trabalho — incluindo infraestrutura adequada, tempo de planejamento e remuneração compatível com as responsabilidades docentes.
2. Oferecer formação continuada crítica e reflexiva, que incentive a inovação pedagógica e fortaleça a autonomia do professor.
3. Implementar uma gestão escolar democrática, em que os docentes participem das decisões pedagógicas e administrativas.
4. Flexibilizar o currículo, permitindo que o professor adapte metodologias e conteúdos à realidade de seus alunos.
5. Reduzir a burocracia, eliminando tarefas repetitivas e padronizadas que consomem tempo e energia dos educadores.
6. Fomentar a inovação pedagógica, incentivando práticas criativas e projetos

autorais que estimulem o protagonismo docente.

Em síntese, devolver a autonomia aos professores é resgatar o verdadeiro sentido da educação: formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para intervir na sociedade. Sem a valorização e a liberdade docente, a escola perde sua função social e transforma-se em um espaço de mera reprodução de informações, distante de seu propósito formador e humanizador.

## REFERÊNCIAS

ESTEVE, José M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: EDUSC, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio como campo do conhecimento.. Editora Cortez. 2021.

Site G1: Sucesso nos rankings de educação: por que Goiás, Pará, Espírito Santo, Ceará e Paraná têm destaque no Ideb?

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/08/16/sucesso-nos-rankings-de-educacao-por-que-goias-para-espírito-santo-ceara-e-parana-tem-destaque-no-ideb.ghtml>

Site: QueroBolsa: Componentes Curriculares: o que são e para o que servem?

<https://querobolsa.com.br/revista/componentes-curriculares>

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.